



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

9ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa

16 de dezembro de 2020

Ata da Ducentésima Trigésima Segunda Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia dezois do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pela Senhora Deputada Vanda Monteiro, Primeira-Secretária e pelo Senhor Deputado Cleiton Cardoso, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres e Eduardo Siqueira Campos. Após a leitura do Texto



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 297/2020, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “reconhece o risco da atividade e a efetiva necessidade do porte de armas de fogo ao atirador desportivo integrante de entidades de desporto legalmente constituídas nos termos do inciso IX do artigo 6º da Lei Federal número 10.826/2003”; Projeto de Lei número 298/2020, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “estabelece que assegure aos servidores públicos estaduais com deficiência visual o direito de receber, mediante requerimento, contracheques e comprovantes de rendimentos confeccionados em *braille*, a fim de determinar que os comprovantes de rendimentos também sejam disponibilizados em outros formatos acessíveis”; Projeto de Lei número 299/2020, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “institui o “Passaporte Equestre” e dá outras providências”; Projeto de Lei número 300/2020, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que “institui O Festival do Chambari de Paraíso do Tocantins como evento do calendário turístico oficial do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 302/2020, de autoria do Senhor Deputado Fabion Gomes, que “dispõe sobre a prioridade dos



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

professores em receber as vacinas destinadas a imunizar a população contra o Covid-19”; Ofício oriundo da Secretaria Estadual da Saúde, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; e Ofício oriundo da Agência de Fomento, em resposta a Requerimento de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis. Logo após, o Senhor Presidente, colocou em discussão e votação, o Requerimento que recebeu o número 1. , de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, Líder do Governo, que “requer a dispensa de interstícios ou formalidades regimentais nos termos dos arts. 72 e 133, para a inclusão na Ordem do Dia da presente Sessão, bem como a convocação de Sessão Extraordinária, nos termos do art. 80, §1º, para discussão e votação das matérias referentes as Medidas Provisórias números 17/2020, 19/2020, 22/2020, 24/2020 e 25/2020; Projetos de Lei de autoria do Senhor Governador números 9/2020 e 10/2020; Projeto de Lei número 1/2020 de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins; Processos números 60/2019, 319/32019, 328/2019, 472/2019, 481/2019, 482/2019, 503/2019, 504/2019, 523/2019, 531/2019, 547/2019 e 536/2019; e Projetos de Lei da Casa números 8/2020, 10/2020,, 26/2020, 28/2020, 30/2020, 59/2020, 81/2020, 84/2020, 90/2020, 131/2020, 132/2020, 152/2020, 157/2020, 163/2020, 166/2020, 186/2020, 193/2020, 195/2020, 196/2020, 204/2020, 205/2020,



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

207/2020, 209/2020, 212/2020, 229/2020, 237/2020, 241/2020, 246/2020, 249/2020, 256/2020 e 276/2020, o qual, votado, foi aprovado. Logo após, o Senhor Deputado Ivory de Lira, apresentou Requerimento, que “requer destaque para votação em separado da Emenda Modificativa do inciso II do artigo 1º do Projeto de Lei de Conversão número 303/2020, que “dispõe sobre as contribuições para o regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins – RPPS-TO, e adota outras providências”, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto Lula, o qual, foi deferido. Na Apresentação de Matérias, foram entregues o Projeto de Lei número 303/2020, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; e os Requerimentos que receberam os números 1. a 1. Em seguida, foram aprovadas as urgências do Projeto de Lei que recebeu o número ; e dos Requerimentos que receberam os números Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se a Ordem do Dia. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 17/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “dispõe sobre os procedimentos para convalidação dos registros imobiliários referentes a imóveis rurais no Estado do Tocantins, e adota outras providências”, a qual, votada, foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, promulga a Lei



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

número 3.730, de 16 de dezembro de 2020, e encaminha à Secretaria para comunicar a Autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 22/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 2.578, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins, bem assim a Lei número 2.575, de 20 de abril de 2012, e a Lei número 2.665, de 18 de dezembro de 2012, que dispõem sobre as promoções na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, a qual, votada, foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei número 3.731, de 16 de dezembro de 2020, e encaminha à Secretaria para comunicar a Autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 24/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 2.766, de 5 de setembro de 2013, que autoriza a doação, para habitação de interesse social, dos bens imóveis que especifica, e adota outra providência”, a qual, votada, foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei número 3.732, de 16 de dezembro de 2020, e encaminha à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

a Medida Provisória número 25/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera o art. 6º da Lei número 1.385, de 9 de julho de 2003, que institui o Programa de Industrialização direcionada – Proindústria”, a qual, votada, foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei número 3.733, de 16 de dezembro de 2020, e encaminha à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei de Conversão número 303/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, originário da Medida Provisória número 19/2020, que “dispõe sobre as contribuições para o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins – RPPS-TO, e adota outras providências”, o qual, votado, foi aprovado, com os votos contrários dos Senhores Deputados Elenil da Penha, Professor Júnior Geo e Zé Roberto Lula, e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Logo após, o Senhor Presidente determinou que se fizesse a Verificação de Quórum. Estavam presentes os Senhores Deputados Professor Júnior Geo, Léo Barbosa, Elenil da Penha, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula, Eduardo do Dertins, Valdemar Júnior, Antonio Andrade, Jair Farias, Cleiton Cardoso, Olyntho Neto, Ricardo Ayres, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jorge Frederico e as Senhoras Deputadas Claudia Lelis, Valderez



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Castelo Branco, Vanda Monteiro, Luana Ribeiro e Amália Santana. Em seguida, o Senhor Presidente, colocou em discussão e votação, o destaque para votação em separado da Emenda Modificativa, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto Lula, a qual, votada, foi rejeitada, ficando assim mantido o texto original do Projeto de Lei de Conversão da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 9/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A., e adota outras providências”; 10/2020, de autoria do Governador do Estado, que “dispõe sobre a segurança pessoal de ex-governadores do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; 1/2020, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que “altera a Lei número 2.409, de 16 de novembro de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Tocantins”; 68/2020, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade nas contratações da administração pública estadual, de cláusula que exija o preenchimento pela contratada de determinado percentual de empregos para pessoas com deficiência na forma que menciona, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

60/2020; 261/2020, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana, que “altera a Lei número 821, de 9 de fevereiro de 1996, que consolida a legislação estadual sobre a denominação de logradouros, obras, estabelecimentos, serviços e monumentos públicos e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 319/2020; 276/2019, de autoria do Senhor Deputado Gleydson Nato, que “dispõe sobre a afixação de cartazes em Cartórios de Registro de Imóveis informando sobre as isenções e dos descontos nos pagamentos de emolumentos de registros e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 328/2019; 397/2019, de autoria da Senhora deputada Vanda Monteiro, que “institui o Dia 20 de novembro, data de aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e Dia Nacional da Consciência Negra, como Ponto Facultativo, no âmbito do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 481/2019; 398/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “dispõe sobre a publicidade das informações de renuncias e benefícios fiscais que especifica”, que deu origem ao Processo número 482/2019; 415/2020, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “dispõe sobre o cancelamento ou suspensão de plano de telefonia, na vigência de contrato de permanência mínima, nos casos de furto ou roubo do aparelho ou chip celular, e dá outras providências”, que deu origem ao



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Processo número 503/2019; 416/2019, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “dispõe sobre a obrigação dos editais de concursos públicos estabelecerem nas questões de suas provas a inclusão de percentual mínimo sobre História e Geografia do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 504/2019; 422/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede de Título de Cidadão Tocantinense a Túlio César de Oliveira”, que deu origem ao Processo número 523/2019; 430/2019, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “torna obrigatória a instalação de balança de precisão nos estabelecimentos que menciona, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 531/2019; 441/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui o Dia do Médico Psiquiatra no Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 547/2019; 444/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadã Tocantinense a Lúcia Caetano Pereira”, que deu origem ao Processo número 536/2019; 8/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre o direito à informação sobre a possibilidade de reconstrução da mama de pacientes que sofrerem mutilação decorrente de tratamento de câncer”; 10/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a criação e concessão da honraria denominada “Diploma de



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Mérito Gastronômico Dona Camila”; 25/2020, de autoria do Senhor Deputado Issam Saado, que “institui a “Semana Quebrando o Silêncio”, no Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 26/2020, de autoria do Senhor Deputado Issam Saado, que “declara de Utilidade Pública a entidade Associação de Vaquejada de Campos Lindos – TO”; 28/2020, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “institui a campanha de conscientização sobre brincadeiras de potencial lesão ofensiva física no Sistema de Ensino Público e Privado, no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 30/2020, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Frei Alan Fábio Soares Lima”; 59/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, Anexado ao Projeto de Lei número 79/2020, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação e disponibilização de dispensadores de álcool em gel por parte de estabelecimentos que especifica em todo território do Estado do Tocantins e dá outras providências, em razão da situação de calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus”; 81/2020, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “institui a “Semana da Enfermagem”, que passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 84/2020, de autoria da Senhora Deputada Amália



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Santana, que “cria a Política de Incentivo e Educação Tecnológica para a Terceira Idade, denominada “Terceira Digital”, no Estado do Tocantins”; 90/2020, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “estabelece horário especial e exclusivo para o atendimento dos consumidores maiores de sessenta anos nos locais em que especifica, enquanto durar os efeitos do Estado de Calamidade Pública decorrente da pandemia do Covid-19”; 131/2020, de autoria do Senhor Deputado Issam Saado, que “dispõe sobre a publicidade das atas das reuniões dos Conselhos vinculados ao Poder Executivo Estadual e dá providências correlatas”; 132/2020, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, que “autoriza transferência de recursos públicos a título de subvenções sociais, auxílios ou contribuições correntes e de capital, por meio de emendas parlamentares, à entidade privada sem fins lucrativos denominada Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae”; 152/2020, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “dispõe sobre a impossibilidade de cobrança de multas, juros e encargos do valor das mensalidades da rede privada de ensino durante o Estado de Calamidade Pública no Estado do Tocantins, em razão do novo Coronavírus – Covid-19”; Projeto de Lei número 157/2020, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, Anexado ao Projeto de Lei número 197/2020, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “dispõe



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

sobre a vedação de homenagens a pessoas que tenham praticado ato de racismo, no Estado do Tocantins e adota outras providências”; 163/2020, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto Lula, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto de Assistência Social Elisângela Alves, localizado no município de Dueré-TO”; 166/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui e inclui no Calendário Oficial do Estado do Tocantins a celebração da campanha “Maio Laranja” e dá outras providências”; 186/2020, de autoria do Senhor Deputado Gleydson Nato, que “concede o Título de Cidadão Tocantins ao Padre Lucas Fernando da Silva”; 193/2020, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “atribui o nome Enenheiro Agrônomo Mauro Medanha ao Centro Agrotecnológico de Palmas (CAP) onde é realizada a feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins – Agrotins”; 195/2020, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “dispõe sobre a obrigatoriedade dos Cartórios, informar aos órgãos de trânsito, sobre operações de transferência de propriedade de veículos”; 196/2020, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Exmo. Senhor Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, João Luiz Rocha Sampaio”; 204/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Tocantinense a Cristiano Barbosa Sampaio”; 205/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui no Calendário Oficial do Estado do Tocantins o Dia Estadual de Prevenção e Combate às Drogas, e dá outras providências”; 207/2020, de autoria do Senhor Deputado Issam Saado, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Vale do Santa Tereza – PA, Arlindo no município de Crixás do Tocantins”; 209/2020, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “institui a “Semana Estadual de incentivo à doação de cabelos para pessoas em tratamento de câncer”, e dá outras providências”; 212/2020, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “institui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Tocantins, o Dia Estadual das Vítimas da Covid-19”; 229/2020, de autoria do Senhor Deputado Issam Saado, que “institui o Código de Defesa do Empreendedor, e dá outras providências”; 237/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadã Tocantinense a Lucilândia Maria Bezerra”; 241/2020, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária de Angico – Acan”; 246/2020, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Dr. Luiz Sinésio Silva Neto”; 249/2020, de autoria da



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a vedação de exigência de valor mínimo para compras com cartões de crédito ou débito em estabelecimentos comerciais no Estado de Tocantins”; e 276/2020, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “institui no âmbito Estadual a “Semana Estadual de Conscientização, proteção e orientação sobre a Síndrome de *Rett*”, e dá providências”; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Logo após, em consonância com o artigo 15 da Constituição Estadual, combinado com o inciso I do artigo 3º do Regimento Interno, o Senhor Presidente declarou encerrado o 2º Período da 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura, e encerrou a Sessão às vinte e uma horas e oito minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Logo após, o Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário